



# Opinião Econômica

**Bráulio Borges**

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre

banrisul

## A excrescência do valor das emendas parlamentares

Total permitido deveria ser de aproximadamente R\$ 6 bilhões, e não de R\$ 54 bilhões

Segundo dados do portal Siga Brasil, do Senado, o gasto total do governo federal com emendas parlamentares atingiu R\$ 45,4 bilhões em 2025, levando em conta tanto o pagamento de emendas referentes ao ano passado como os restos a pagar de anos anteriores. Em 2024, esse montante havia sido de R\$ 42,6 bilhões (valor já atualizado pela inflação do IPCA). A leitura de 2025 corresponde ao maior valor da série histórica, iniciada em 2015.

Como é amplamente sabido, o grande salto nessas despesas ocorreu de 2020 em diante: na média de 2016/17, o gasto anual havia sido de cerca de R\$ 6,6 bilhões. Em 2020 já subiu para quase R\$ 30 bilhões, nível que se manteve em 2021 e 2022 (R\$ 32 bilhões). No

período de 2023 a 2025, tivemos mais uma rodada de elevação, chegando aos R\$ 45 bilhões citados anteriormente. O Orçamento aprovado pelo Congresso no final do ano passado previa R\$ 61 bilhões em 2026, mas o presidente Lula vetou pouco mais de R\$ 7 bilhões desse montante em meados de janeiro.

A despeito de esse veto presidencial ter sido modesto - afinal, um valor de cerca de R\$ 54 bilhões ainda representa um acréscimo expressivo ante os R\$ 45 bilhões do ano passado -, os congressistas reclamaram, como se esse patamar já não fosse uma excrescência.

Em um artigo que preparei para a revista Conjuntura Econômica, do FGV Ibre, em meados do ano passado, tentei aquilatar qual

deveria ser o montante de gastos com emendas caso tomássemos como referência os Estados Unidos. Se o Brasil adotasse a regra vigente naquele país desde 2021 - que limita as emendas a 1% das despesas discricionárias -, os gastos deveriam ter sido de aproximadamente R\$ 2 bilhões, ou seja, apenas 4,4% do valor efetivamente pago no ano passado.

Alguém poderia contra-argumentar dizendo que o montante de despesas discricionárias no Brasil está sendo cada vez mais espremido pelas despesas obrigatórias, de modo que adotar a métrica acima não corresponderia a uma comparação muito "justa".

Desse modo, preparei outras duas comparações: o peso do gasto das emendas no PIB e o peso no to-

tal de gastos primários do governo federal. Usando esses referenciais, os gastos com emendas no Brasil deveriam ter sido de no máximo R\$ 6 bilhões no ano passado - ou seja, semelhante ao patamar observado em 2016/17, antes do início da "marcha da insensatez".

O gigantismo assumido por essas emendas é altamente antidemocrático, ao conferir uma vantagem muito grande para os congressistas que buscam a reeleição ("incumbentes"), reduzindo a taxa de renovação do Congresso.

Mas talvez o pior aspecto desse fenômeno esteja associado à falta de transparência e rastreabilidade desses gastos, algo que, além de oferecer muitas oportunidades para desvios/corrupção, também dificulta (deliberadamente?) a rea-

lização de avaliações de custo-benefício das políticas públicas financiadas com esses recursos.

Difícilmente o Congresso irá reduzir esses montantes por vontade própria. Por isso é louvável o esforço que o ministro Flávio Dino, do STF, vem fazendo para tentar disciplinar esses gastos.

Não obstante, eu acho cada vez mais que somente um evento traumático - como um novo escândalo dos "anões do Orçamento" - permitirá que esses valores sejam reduzidos - idealmente para algo mais próximo do observado antes da pandemia. Não parece ser um cenário que se possa descartar, uma vez que o noticiário aponta que cerca de 80 parlamentares e ex-parlamentares estão sendo investigados pelo Supremo.



**Taxa única:**  
o upgrade que sua  
conversão precisava.

Banri Global Account com IOF e Spread unificados  
é mais dinheiro na conversão da moeda.

USD • EUR • GBP • CAD • AUD



## Grupo à frente de lavanderias anuncia aporte de R\$ 15 milhões até 2027

/ SERVIÇOS

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

O Grupo Froth, responsável por empresas como as lavanderias 5àsec e LavPop, deverá investir R\$ 15 milhões no Rio Grande do Sul até o ano de 2027. O montante será destinado à abertura de novas unidades das franquias: serão 80 pontos de venda, sendo 30 da rede francesa e 50 das lavanderias compartilhadas.

O plano, conforme o vice-presidente de marketing da 5àsec, Alex Quezada, é que sejam 40 unidades em 2026 e as outras 40 em 2027. Assim, os aportes devem se igualar em ambos os anos, com o desembolso anual de R\$ 7,5 milhões. A instalação final dos pontos de venda está prevista, ainda, para o início de 2028.

"Temos um plano forte para o Rio Grande do Sul, que é a nossa prioridade para os próximos dois anos. Porque é um Estado em que, durante algum tempo,

acabamos não comercializando muito, mas que vem crescendo e se desenvolvendo nestes últimos anos. Então, foi colocado na nossa lista de prioridades para fazer o nosso plano de expansão e contribuir com o plano nacional do grupo", analisou Quezada.

Neste projeto, alguns locais do Estado são vistos como estra-

tégicos pela empresa: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Pelotas, Santa Maria, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Passo Fundo, Uruguaiana e toda a Serra Gaúcha. Atualmente, em todo o País, a franquia francesa conta com mais de 600 pontos de venda, sendo a maior rede de lavanderia especializada do Bra-

sil, enquanto a LavPop soma 100 operações distribuídas nos principais estados brasileiros.

Conforme a holding, o Rio Grande do Sul se apresenta como um ponto nevrálgico para a expansão não apenas por seu desenvolvimento. Mas, também, pelo contexto do mercado de lavanderias, que está crescendo. Conforme a Associação Brasileira de Franchising, as franquias de Limpeza e Conservação do Rio Grande do Sul cresceram 15,1% no terceiro trimestre de 2025, sendo o segmento que mais obteve incremento no faturamento, passando de R\$ 26 milhões.



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Abertura de novos pontos no Estado é vista como estratégica pela holding

## Balança comercial tem superávit no mês

/ COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 4,343 bilhões em janeiro de 2026, após saldo positivo de US\$ 9,633 bilhões em dezembro de 2025. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC) divulgados nesta quinta-feira o valor foi alcançado com exportações de US\$ 25,153 bilhões e importações de US\$ 20,81 bilhões.

As estimativas do mercado financeiro para esta leitura variavam de US\$ 3,46 bilhões a US\$ 6,10 bilhões. Em janeiro, as exportações registraram queda de 1,0% na comparação com janeiro de 2025, com crescimento de 2,1% em Agropecuária, que somou US\$ 3,872 bilhões; queda de 3,4% em Indústria Extrativa.

### Ficha técnica

- **Investimento:**  
R\$ 15 milhões
- **Estágio:** Anunciado
- **Empresa:** Grupo Froth
- **Cidades:** Diversas
- **Área:** Varejo/Serviços